

(Des)Realização do Trabalho: Se Camponês, se Operário! (Repensar Crítico sobre a Classe Trabalhadora no Brasil)*

Antonio Thomaz Júnior (Prof. Dr.)

Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT); pesquisador do CNPq
E-mail: *thomazjrgeo@prudente.unesp.br* *thomazjr@pesquisador.cnpq.br*

Resumo:

As pré-definições, e avaliações do que é esta ou aquela classe social, e as eventuais fronteiras definidas entre elas, não mais nos permitem compreender as complexas tramas sociais do universo do trabalho e seus mundos, fragmentados nas diferentes situações laborais e contextos de dominação, subordinação, sujeição, e identificados também enquanto fragmentos no âmbito da práxis teórico-política. Isso demanda urgente reconceitualização, com o propósito de refletirmos as limitações presentes na identificação do que é ser camponês, ser operário, ser trabalhador autônomo, domiciliar, etc., no âmbito da realidade social do trabalho, do desemprego, da luta pela Reforma Agrária, e do conflito de classes. Isso se passa sem que se dê conta que o edifício social sob o referencial da centralidade do trabalho, continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista, todavia à base de crescente precarização/desqualificação/fragilização de contingentes expressivos de mulheres e homens trabalhadores. Está em questão entendermos a dialética existente entre as dimensões material e subjetiva do trabalho, e a aposta em um *novo* internacionalismo do trabalho anticapital, em suas diferentes expressões, seja nos campos seja nas cidades.

Palavras Chave: camponês; operário; trabalho; emancipação social; classe trabalhadora

Resumen:

Las predefiniciones, y evaluaciones acerca de lo que es ésta o aquella clase social y las eventuales fronteras definidas entre ellas, ya no nos permiten más comprender las complejas tramas sociales del universo del trabajo y sus mundos, fragmentados en las diferentes situaciones laborales y contextos de dominación y subordinación, identificados también como fragmentos en el ámbito de la praxis teórico-política. Esto demanda una urgente recapitulación de lo que es ser campesino, ser obrero, ser trabajador autónomo, domiciliar etc., en el ámbito de la realidad social del trabajo, del desempleo, de la lucha por la Reforma Agraria y del conflicto de clases. Esto ocurre sin que nos demos cuenta de que el edificio social bajo el referencial de la centralidad del trabajo, continua siendo la fuente del valor de la sociedad capitalista, aún más, la base de la creciente precariedad/ falta de cualidad/ fragilidad de contingentes expresivos de mujeres y hombres trabajadores. Lo que está en cuestión es entender la dialéctica existente entre la dimensión material y la subjetiva del trabajo y la

* Este texto é parte das reflexões proporcionadas pelo projeto de pesquisa “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho”, em nível de pós-doutorado, realizado junto à Universidade de Santiago de Compostela (Espanha), com o apoio do **CNPq**, durante o período de outubro de 2004 a setembro de 2005.

apuesta en un nuevo internacionalismo del trabajo anti-capital, en sus diferentes expresiones, sea en el campo o en la ciudad.

Palabras clave: campesino, obrero, trabajo, emancipación social, clase trabajadora

Abstract

The predefinitions and concerns about what it's this or that social class and the eventual boundaries between them, don't let us understand the really complex social process into the labour universe and its worlds, which are fragmented by the theoretical -political praxis. Its demand us a urgent recapitulation about what it's be a peasant, be a proletarian, be a autonomous or home worker etc. inside the social labour reality, the unemployed, the Agrarian Reform Struggle and the class struggle. That happens without noticing that the social edifice is constructed by the labour centrality reference, moreover, the base of the increasing precariousness, disqualification and fragility of women and men worker's expressive quotas. What it is in question: to understand the dialectic that exists between the material and subjective dimension of labour and the belief in a new labour internationalism against capital, with different manifestations in the country side and the city.

Key Words: Peasant, worker, labour, social emancipation, working class.

Introdução

O título desse texto, mais do que uma indagação, é uma questão de grande amplitude, que continuará nos motivando às pesquisas e ao debate crítico e construtivo, juntamente com os interlocutores que estão diretamente envolvidos na temática do trabalho e nas lutas emancipatórias da classe trabalhadora para além do capital.

Nossos estudos nos têm revelado que a sociedade do capital, encimada no ambiente contraditório da reestruturação produtiva, vem sendo modificada intensamente nas últimas décadas, e isso tem atingido a estrutura de classes, a própria dinâmica das dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores.

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adota as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho, e que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação crescente de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho.

Esse é o caminho mais seguro para construirmos novos referenciais teórico-metodológicos para vislumbrarmos a compreensão do universo do trabalho, cada vez mais fragmentado, heterogeneizado e precarizado, particularmente sob o fogo cruzado da reestruturação produtiva do capital. Em síntese, temos o redimensionamento das configurações sociais que dão sustentação a diferentes expressões e significados do trabalho, seja nos campos, seja nas cidades, e acrescenta novos valores e sentidos para os sindicatos, as centrais sindicais, as associações, os partidos políticos, e para os trabalhadores em particular.

Nos centros urbanos as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração de capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora. Nos campos esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparados, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI), e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nos tempos de globalização se reserva ao conjunto dos países periféricos, todavia, somente aos bem-sucedidos, “consumir de maneira parcial o progresso da terceira revolução tecnológica”, todavia vinculado umbilicalmente às diretrizes do Consenso de Washington e à voracidade destrutiva da pragmática neoliberal, que vêm devastando social, econômica e territorialmente os povos e as comunidades da América Latina, África, Ásia.

É como se o projeto de desenvolvimento tivesse que ser *único* para o conjunto da sociedade, todavia que seu recorte para o campo fosse afinado aos interesses exclusivos de classe (das classes dominantes nacionais e estrangeiras). Estas, representadas, pois, pelas grandes empresas capitalistas relacionadas ao agronegócio, cujos vínculos se estendem de forma mais ou menos expressiva ao capital industrial (químico-agroalimentário), capital bancário e financeiro, aos latifundiários, grileiros de terras públicas e devolutas.

Assim, a reprodução de formas de produção como a praticada pelos camponeses são rechaçadas, mesmo que haja determinados interesses econômicos no seu formato estruturado no trabalho familiar, todavia tem subordinado seu processo autônomo de geração de renda e de excedentes.

É importante destacar que a aceitação paradoxal por parte do capital do *ser* camponês está dimensionada pelos regramentos do padrão hegemônico de desenvolvimento rural que determina a adoção de formas de produção, de insumos, de tecnologias, de rotinas e de relações de produção, que não respondem historicamente aos anseios da autonomia e da preponderância da organização familiar do trabalho.

Essa base material de sustentação do edifício social no campo impõe aos camponeses o impasse de classe: negar o modo camponês/familiar de reprodução social, e adotar a racionalidade capitalista, podendo se transformar em agricultores familiares em escala empresarial, ou se proletarizarem.

É sob as determinações desses referenciais que contingentes expressivos de camponeses, organizações sindicais, movimentos sociais populares no campo, intelectuais, defendem e multiplicam os valores da concepção burguesa de mundo. Claro está que esses são os horizontes válidos para toda a sociedade, não se restringindo a este ou aquele setor, tampouco aos trabalhadores envolvidos.

Para esse momento, colocamos em discussão as dificuldades de compreensão da complexa trama de relações da dinâmica geográfica do trabalho no Brasil, nessa viragem do século XXI, considerando especialmente os limites/barreiras sediadas no âmbito teórico-conceitual-ideológico do marxismo. Isto é, o que entendemos sobre o mundo do trabalho, quando nos utilizamos do instrumental teórico que vimos utilizando, amparado no marxismo? Se assalariado (rural e urbano), à primeira vista a identidade de operário se consoma, e se produtor autônomo no campo, camponês, subproletário, ou trabalhador em vias de extinção.

Não estamos nos distanciando dessa corrente de pensamento. Ao contrário, apenas estamos nos propondo a mapear o que conseguimos explicar da *totalidade viva do trabalho* (MÉSZÁROS, 2002), ou nos envolvermos concretamente nos desafios de fazermos a autocrítica radical e consciente para que possamos entender os movimentos, os sentidos do trabalho, e os seus desdobramentos e significados no âmbito da classe trabalhadora.

(Des)realização do Trabalho

Então, a questão central permanece: o que entender do constante fluxo, e cada vez mais intenso de trabalhadores urbanos que realizam inúmeras tarefas/atividades nas cidades, e migram de categorias/corporações sindicais. E ainda, para alguns desses, ou para a maioria dos seus ascendentes que um dia já foram camponeses, e que retornam ao campo sobretudo, via as ocupações de terra, ou ainda as atividades realizadas nos centros urbanos por aqueles que de alguma maneira já estão no campo, e retiram parcialmente o sustento de sua família das atividades agrárias.

O recorte das nossas reflexões é priorizar o fluxo de relações que vincula as mudanças no perfil dos camponeses com a composição em suas fileiras dos operários urbanos e rurais, com suas trajetórias também específicas. As vias de comunicação entre essas frações do universo do trabalho no âmbito de uma realidade que está sendo construída por meio das ocupações de terra¹, ou da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

É como se pudéssemos pensar esse quadro a partir da simulação se camponês, se operário, num movimento de ida e volta, a plasticidade refeita do trabalho, lastreada nas mediações que redefinem a (des)realização do trabalho e da classe trabalhadora, para expressar os recortes de identificação de classe sintonizados para aqueles que pensam, atuam e pesquisam cada uma dessas expressões concretas da existência do trabalho.

Com isso, se estão abordando situações e realidades específicas dos trabalhadores assalariados: todo esforço converge para esse recorte, sem contar se a opção incide sobre experiências urbanas e rurais, sendo que em algumas situações, outras formas de expressão do trabalho, como os camponeses, nem sequer são consideradas, para tomarmos um exemplo concreto.

O mesmo se passa quando estamos diante de estudos, discursos, documentos e posicionamentos, que têm como ponto de referência o campesinato, pois o campo fica restrito a essa forma específica da realidade social, resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância, ou ainda, sintonizadas a menor destaque caso se expressem no urbano, numa clara e inequívoca tomada de posição em favor do campo. Essa primazia equivocada também se expressa para aqueles que se dedicam unilateralmente ao operariado urbano, ou às formas de trabalho assalariado e autônomos nos centros urbanos.

Os interesses corporativos prevalecem e o esvaziamento e neutralização do enfoque de classe são assumidos dessa forma, em favor da concepção estranhada de trabalho, com nítidos conteúdos de individualidade e unilateralidade social, política e ideológica do trabalho.

O que está consolidado no meio acadêmico é que diante da especialização (científica, e também da militância política) para esse assunto ou essa categoria sindical, os trabalhadores se transformam, de um lado, em seres *em si*, deslocados e distanciados da totalidade, e por outro lado são enquadrados no âmbito das

¹ Aqui não nos dedicaremos à temática das ações específicas dos trabalhadores Sem Teto, ou da luta pela terra nas cidades.

predefinições da racionalidade científica que justifica a diferencialidade dos fenômenos às dimensões da linguagem científica. Daí os vínculos positivistas que assimilam, por exemplo, o trabalho e a sociedade como um problema da Sociologia, o solo como problema da Agronomia, o relevo o é da Geografia.

Isso nos põe a pensar na própria fundamentação da separação entre sujeito e objeto, que não é privilégio das correntes positivistas, mas para centrarmos as atenções aos objetivos desse texto, diríamos que se faz necessário um reexame profundo dos fundamentos teórico-metodológicos, que dão sustentação aos pressupostos e paradigmas interpretativos da sociedade atual. Isto, pois, para alcançarmos a emancipação da humanidade do metabolismo do capital como pleiteamos, temos que colocar sob o crivo da crítica e da autocrítica a superação dos limites teórico-científico-políticos.

Diante do cenário que questiona essas delimitações e, por conseqüência, as teorias e os conceitos que se apresentam para esse fim, porque estão apropriados para realidades específicas e particulares do trabalho, não queremos com isso defender que a teoria não é importante, tampouco que o esforço de teorização é substituível.

Queremos tão-somente ponderar que não está sendo possível compreender a totalidade viva do trabalho que está sendo refeita a cada momento, com mais ou menos intensidade aqui e ali, quando não somos capazes de considerar nas nossas análises e estudos, a plasticidade do trabalho (suas diferentes formas de expressão), que indica haver uma rica trama de relações, de fragmentações, de valores, de significados, de subjetividades.

Mais precisamente, centramos nossas reflexões, com base nas pesquisas concluídas e em andamento², para colocarmos em questão os limites explicativos da realidade do trabalho em respeito ao movimento que requalifica constante e continuamente os sentidos do trabalho e a totalidade viva do trabalho³, por meio da reinserção laborativa dos trabalhadores, na grande maioria dos casos, circunscritas às expressões mais precarizadas, e informais.

Os diversos assuntos que compõem a temática do trabalho nos está possibilitando desenvolver experiências de pesquisa parametrizadas nos referenciais teórico-metodológicos, por onde nos valem para apreender o trabalho por meio da “leitura” geográfica. Assim, a dialética da dinâmica geográfica do trabalho, ou do seu movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares. (THOMAZ JR., 2004).

Como se fosse a boa máxima para a humanidade, para os trabalhadores, para os homens, para as mulheres, os fundamentos do projeto de sociedade do capital se propõe único, homogeneizador de valores, e *sabores*, passando pelos

² Apenas destacamos aqui os projetos que são referência para o conjunto dos demais Projetos de Pesquisas em curso no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), ambos sob nossa responsabilidade: 1) “Território Mutante e Fragmentação da Práxis Social do Trabalho”. (Projeto PQ/CNPq), em vigência; 2) “Agronegócio e Conflito pela Posse da Terra em São Paulo: A Dinâmica Territorial da Luta de Classes no Campo e os Desafios para os Trabalhadores”. (Auxílio à Pesquisa/Fapesp), em julgamento.

³ Essa proposição de Mészáros (2002), nos indica haver um complexo de relações, e redefinições de grande magnitude não somente na esfera econômica, mas também política, social, e no interior da classe trabalhadora. Ainda que para o autor essas redefinições não têm as mesmas preocupações que para nós, são essenciais para nossos estudos.

princípios, pela ética, pela ideologia, etc., é como se metaforicamente estivéssemos diante da *mcdonaldização* do planeta à sua imagem e semelhança.

A adoção por parte dos Estados, das políticas neoliberais exigidas pelos órgãos de fomento do grande capital, dos setores hegemônicos da burguesia, com frequência tem utilizado de meios violentos, incluindo o emprego das forças armadas (como os casos da Colômbia, México, Filipinas, Egito); de milícias (Colômbia, Equador, Paraguai, Tailândia), esquadrões da morte, ou pistoleiros (Brasil, Zimbábue, África do Sul, Indonésia).

Municiado por esses referenciais o capital em nível internacional se propõe:

- a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores, atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-los subordina-os com mais intensidade;
- b) blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado;
- c) deteriorar e precarizar as condições de trabalho;
- d) intensificar as jornadas de trabalho;
- e) ampliar os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil;
- f) desempregar assalariados;
- g) fragilizar relações de trabalho formais;
- h) intensificar as práticas da terceirização e das cooperativas de trabalho;
- i) rebaixar salários, etc.

É por dentro das contradições desse processo que entendemos a violência expressa também pelo crescimento intensivo da concentração de riquezas (terra, renda, capital) em escala planetária, e toda a manipulação que garante aos setores dominantes a imposição dos pressupostos do modelo destrutivo da sociedade do capital, e da barbárie social. A título de exemplo: 1) as 225 pessoas mais abastadas possuem patrimônio equivalente a 2,5 bilhões de mortais; 2) 48% das maiores empresas são estadunidenses; 3) 1,2 bilhões de pessoas vivem com US\$1,00 ao dia; 4) 3 bilhões de pessoas vivem com US\$3,00 ao dia; 5) em 1960, 20% dos mais ricos ganhavam 3 vezes mais que os 20% dos mais pobres, em 1990 essa proporção passou para 60 vezes, e em 1997 saltou para 74 vezes⁴; 6) quase 60% dos habitantes do planeta vivem nas áreas rurais (3,1 bilhões), sendo que nessas áreas se concentram 70% da pobreza mundial, onde 800 milhões passam fome, o que nos indica que a maioria das pessoas desnutridas ou insuficientemente alimentadas não são consumidores-compradores de alimentos, senão os camponeses empobrecidos⁵, produtores-vendedores de mercadorias de origem agrícola, recentemente condenados ao êxodo em direção aos centros urbanos, às favelas, ou em direção a campos de refugiados; 7) sob os efeitos da intoxicação química dos solos e dos mananciais, a superfície cerealista diminuiu de 732 milhões de ha, em 1981, para 670 milhões de ha em 2000, e sob os efeitos da salinização, em 1994 havia 40 milhões de ha inaptos para a agricultura, em 1995 saltou para 100 milhões de ha salinizados em todo o planeta.

Quando recorrermos à história recente facilmente constatamos que os sucessos tão alardeados pela máquina midiática do capital sobre os resultados da *revolução verde*, que carrega os significados do progresso técnico-científico na agricultura, considerando a articulação da motomecanização aos insumos químicos e de outros matizes, iniciada nos anos 1950/1960, não poderíamos deixar de contrapor o quanto mais de miséria e de exclusão proporcionou para os camponeses e para os trabalhadores assalariados.

⁴ Informativos divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2004 e 2005; e pelo encarte do *Le Monde Diplomatique*, na Espanha, 2004.

⁵ É importante assegurar que a população pobre e desnutrida do planeta não é simplesmente herdeira do passado, senão expressão do destrutivismo da lógica do capital e, conseqüentemente, do processo permanente e crescente de empobrecimento extremo. (MAZOYER, 2003).

O par bem sucedido dessa trama histórica, portanto receptor seletivo da modernidade, conheceu aumentos surpreendentes de produtividade e de produção, a elevação dos coeficientes técnicos, que se espraiaram pelos países do centro do sistema e para alguns mais favorecidos da órbita de dependência por conta dos interesses expansionistas, tais como o Brasil, Argentina, Índia, na maioria dos casos para produtos vinculados à exportação e à prática monocultora (soja, algodão, laranja, cana-de-açúcar, cacau, etc.).

E é no centro de gravidade desse processo que temos de um lado, o rebaixamento dos preços como conseqüência do aumento da produção, da diminuição dos custos, e dos mecanismos regulatórios dos mercados preferenciais liderados pelos países e grupos transnacionais europeus, americanos e japoneses. Por outro lado isso tem causado a precarização das condições de vida e de trabalho das famílias camponesas e dos assalariados. Os desdobramentos mais perversos já são conhecidos, mas valeria destacar: 1) a redução das áreas de cultivo destinadas ao autoconsumo e à parte comercial; 2) diminuição da capacidade de produção agrícola dos países e das comunidades camponesas pobres; 3) a degradação da fertilidade natural das terras; 4) o abandono das terras; 5) o êxodo; 6) o desemprego; 7) o empobrecimento e a exterminação de milhões de famílias camponesas em todo o mundo. (MAZOYER, 2003).

Em conseqüência o que se assiste é o crescimento de pobres no campo e também nas periferias das cidades, que nessa viragem do século XXI está ainda mais acentuado e mundializado, pois os indicadores sociais⁶ mostram que a despeito de um êxodo rural de 50 milhões de pessoas, o número de pobres e famintos nos campos não diminui, o que implica no surgimento de mais de 40 milhões de novos pobres, famintos, sem condições de trabalho. Esse processo revela os seguintes traços comuns: renovação intensa da miséria rural e da miséria urbana, considerando que as pesquisas mostram as correntes migratórias de camponeses desterrados para os centros urbanos.

Para o Brasil, esse quadro é também alarmante⁷, pois a proporção de pobres no campo é mais do que o dobro da existente nas cidades, 57% e 27% respectivamente, ou em termos absolutos 40 milhões de pobres nos centros urbanos, e 16,5 milhões no meio rural.

De forma orquestrada estão sendo destruídas as culturas tradicionais, as comunidades camponesas, os empregos, os vínculos formais de trabalho, e ameaçadas as diferentes experiências organizativas que se efetivam no dia-a-dia das lutas. Em qualquer lugar onde se apresentam as resistências e se efetivam os conflitos, em confrontação com o modelo hegemônico e *único* de desenvolvimento, as ações em reação são rápidas e na maioria das vezes certeiras, por meio de diversos expedientes: perseguição, lista-negra, açoite, homicídio/genocídio, etc.

Assim, é no interior da ordem metabólica do capital, das contradições que regem os mecanismos centrais da produção, e ao processo mais geral da reprodução ampliada do capital e os impactos para o universo do trabalho, que podemos entender o campesinato no âmbito da classe trabalhadora. Dessa forma, imerso no metabolismo social do capital e, conseqüentemente, no ambiente da organização, das disputas e das alianças políticas do trabalho.

⁶ Cf. ONU, 2004. Essas informações também foram confirmadas por pesquisadores.

⁷ Segundo informações oficiais e amplamente divulgadas pela imprensa, em 2003, 54 milhões de brasileiros eram pobres, e viviam com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$120,00)⁷; 22 milhões de indigentes, com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (R\$60,00); 1% dos brasileiros mais ricos (1,78 milhão de pessoas), apropria-se de 13% de toda a renda gerada, sendo que os 50% mais pobres (89 milhões) detêm somente 13% da renda.

Em outros trabalhos pudemos apresentar os fundamentos dessa compreensão sobre o campesinato, e aqui sintetizamos três aspectos, com base no princípio de que: a) apesar de tratar-se de um ator-sujeito social que não vende força de trabalho para o capital (daí então a simetria de ser entendido como não trabalhador, mas sim como profissional), b) e também pelo fato de ser proprietário dos meios de produção e de portanto, possuir autonomia em relação ao trabalhador assalariado (o que o distancia ainda mais do universo do trabalho, com base nos parâmetros consagrados pelos modelos explicativos), c) estendemos nossa compreensão do camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora, o que nos mantém envolvidos para participar da construção desse conceito.

A oportunidade de avançar os estudos e investigações sobre a realidade do trabalho é a fonte concreta para atentarmos para a construção/destruição/reconstrução cotidiana dos significados e sentidos territoriais do trabalho nos diferentes lugares; e os vínculos concretos que se mantêm vivos/superados continuamente e que não são captados pelas pesquisas, por exemplo, a dinâmica territorial dos trabalhadores informais pelo país, tampouco são objeto dos sindicatos, das centrais sindicais, o mesmo se passando nos demais países. Ainda mais as ações que se manifestam por terra, como nos têm revelado as pesquisas sobre o tema, tanto nas ocupações, quanto nos assentamentos rurais, como ainda por emprego, moradia, no caso específico das ações do Movimento dos Sem Teto, assalariados rurais.

Aceitar esse desafio intelectual e político é participar sobremaneira da possibilidade de contribuir para a construção de instrumental teórico-metodológico capaz de subsidiar com capacidade explicativa e analítica, o entendimento da realidade que se apresenta nessa viragem do século XXI para a classe trabalhadora.

Reestruturação Produtiva e Centralidade do trabalho

Não seria, dessa forma, mero jogo de palavras dizermos que a classe trabalhadora vem sendo profundamente atingida pelos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos, para a manutenção da extração de valor, de mais valia, às expensas da fragilização, da desrealização crescente e intensa dos direitos sociais conquistados por meio das lutas históricas, da despossessão, do direito ao trabalho, da segurança no trabalho, do direito de greve, e tantos outros.

A reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, bem como atinge expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas. Apesar da sua forma clássica se expressar no assalariamento, também se estende aos trabalhadores por conta própria, para os autônomos, para os camponeses. Na qualidade, pois, de elemento subordinado ao sistema de trocas, o trabalho estranhado está aprisionado às determinações da sujeição da renda da terra ao capital, à propriedade privada e a toda estrutura social do edifício da dominação de classe e do destrutivismo intrínseco ao modo capitalista de produção.

Assim, a precarização da força de trabalho (do trabalho vivo) em geral assume formas sócio-histórico-geográficas diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

A título de exemplo poderíamos elencar os trabalhadores de telemarketing, os digitalizadores, os trabalhadores envolvidos na cibernética de modo geral, que em

grande medida se vinculam ao mercado de trabalho na modalidade de subcontratados, terceirizados, ou formas derivadas da informalização.

As repercussões desse processo para o conjunto dos trabalhadores refletem um quadro em que a classe trabalhadora aumentou de tamanho, em quantidade, porém de forma heterogênea, fragmentada, diferenciada pelos territórios e lugares, e crescentemente mais precarizada, sobretudo nos países onde predominam os baixos índices de proteção social e de políticas sociais mais abrangentes⁸.

Assim, na América Latina, África, Sudeste Asiático e mais porções periféricas da Europa e da Ásia Central, nota-se de forma muito mais intensa do que nas outras partes do planeta, diferentemente do que se assevera aos quatro cantos de que o trabalho está diminuindo ou está acabando, por meio de afirmações assemelhadas ao fim do proletariado, fim do trabalho, fim da centralidade do trabalho – aliás, afirmações amparadas nas realidades européia, nipônica e norte-americana – a presença de aumentos impressionantes dos contingentes de trabalhadores.

Disso poderíamos sintetizar que o trabalho não está acabando, o emprego sim é que está moribundo. A afirmação que se repete de forma equivocada, que se caminha para o fim do trabalho, tem que ser repensada, pois, o que está em questão é a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc.

Como assevera Antunes (1995, p.78): “Mais fetichizada do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea (...) reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado”.

No âmbito da crítica marxiana à economia política notamos que sob a vigência e mando do capital o trabalho estranhado é, por conseqüência, (des)efetivação, (des)indentidade, e (des)realização, especialmente nos últimos tempos com a crescente e intensa mobilidade de formas de expressão e da plasticidade do trabalho vivenciadas pelo trabalhador diante dos signos imperantes do século XXI. Mas é também fonte de criação de humanização, é superação/negação/emancipação do trabalho estranhado, o que nos permite pensá-lo como revolucionário⁹, como emancipador de fato.

Se não entendemos esse processo pelo viés da dialética existente entre negatividade/positividade, e por via de conseqüência a potência emancipadora do trabalho, que ao negar a sociedade do capital se afirma enquanto ator-sujeito transformador, não nos será possível defender sua centralidade como pressuposto para a construção de uma sociedade anticapital.

Então, se abstraímos do contexto em foco o conteúdo e as contradições da lógica metabólica do capital, e as dimensões ocultas do processo em que as riquezas produzidas pelo trabalho aparecem como produto do capital, e que nessa relação o trabalho concreto se transforma em trabalho abstrato (parte do trabalho coletivo, social), nos resta propormos avaliações parciais e desconectadas da totalidade.

Temos que recolocar em pauta o trabalho a partir da dialética existente entre as dimensões abstrata e concreta, porque senão estamos naturalizando um estado de coisas por meio de uma proposta de ruptura radical que não oferece pistas para entendermos quais os mecanismos e lutas que sustentam e apontam o

⁸ A esse respeito, Antunes (1999) apresenta reflexões de longo alcance teórico e explicativo do processo recente de transformações que recaem sobre o mundo do trabalho e que lhe permite indagar os sentidos do trabalho nessa viragem do século XXI.

⁹ Aqui demarcamos uma discordância com Kurz, em “Manifesto Contra o Trabalho” (1993), tendo em vista limitar sua compreensão do trabalho somente enquanto desrealização.

revolucionamento social, ou o processo permanente de construção da transformação radical da sociedade desde a raiz. (MÉSZÁROS, 2002).

Seria impossível conceber a eliminação do trabalho, ou até em certo limite a classe trabalhadora, enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital, a vigência do valor trabalho.

Por via de consequência, a forte crise que abate sobre o capital repercute no trabalho e está, pois, ligada à crise do trabalho abstrato, ou a forma de ser do trabalho sob o reino das mercadorias no modo capitalista de produção, e que assume um caráter estranhado sob a vigência do poder do capital.

Portanto, quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: “se é uma crise da sociedade do trabalho abstrato (...) ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão concreta, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza” (ANTUNES, 1995).

A centralidade ontológica do trabalho, evidentemente, não significa que a morfologia do trabalho não tenha se alterado profundamente na sociedade contemporânea. Ao contrário, temos sim que apreendermos as alterações, mas é preciso que não percamos de vista, entre outras coisas, que o abandono da centralidade do trabalho para a explicação da sociedade contemporânea implica também o abandono da teoria do valor-trabalho.

Podemos dizer que apostar na infertilidade da não centralidade do trabalho, ainda que 2/3 da humanidade viva o flagelo da precarização, da exclusão, e de todas as formas de subordinação/dominação/expropriação/sujeição, do desemprego, é o mesmo que não conseguirmos ir além do visível, ou apostarmos na incapacidade de apreendermos as contradições objetivas e subjetivas da estrutura social.

O que estamos colocando em discussão é a íntima relação que existe entre a fragmentação do trabalho, e a fragmentação da práxis teórica que se propõe formuladora e propositiva para a emancipação do trabalho do jugo do capital. Ou seja, nossa linha de enfoque está direcionada para as limitações e os problemas concernentes às teorias formuladas no âmbito do marxismo libertário, voltado para a compreensão da classe trabalhadora (ou ainda restrita às frações de classe);, portanto não priorizamos as polêmicas e as divergências com as demais correntes teóricas.

Os limites da Teoria: Viva a Teoria!

Os desafios estão postos, e para nós o mais importante é assumir que há limitações teóricas de elevada monta para entendermos o que está se passando no interior da classe trabalhadora, especialmente no Brasil.

Não seria o caso de recuperarmos aqui todo o percurso da crítica da economia política empreendida por Marx, fundamentalmente em sua obra seminal *O Capital*, tampouco ampliarmos os horizontes para autores que estão defendendo posicionamentos por fora do empreendimento de superação das amarras do capital. Todavia, é imprescindível para os nossos objetivos enfatizarmos a engenhosa elaboração crítica de Marx sobre o movimento contraditório da acumulação de capital e as vinculações e desdobramentos para a organização dos trabalhadores e construção do socialismo. Esse é o referencial que seguimos e que nos possibilita reconhecer filosófica e cientificamente que Karl Marx é um autor vivo ainda no século XXI. Entendê-lo, decifrá-lo e manter o diálogo freqüente com os demais interlocutores

é o caminho que estamos percorrendo para fundamentarmos a crítica radical ao capital.

Assim, tendo em vista que uma das conseqüências imediatas da extensão da lei do valor é acelerar a dissolução das comunidades e sociedades que produzem em conformidade com o valor de uso (concreto) ou ao autoconsumo, como é caso do campesinato, e que ao mesmo tempo, a verticalização dos pressupostos eminentemente capitalistas da reprodução do capital, dissolve e refaz relações não capitalistas no interior do trabalho, entendemos que se faz necessário ampliar os horizontes dos significados, tanto de trabalho (como categoria marxiana) quanto da classe trabalhadora. É no interior dessas contradições que se refaz cotidianamente a plasticidade das diferentes formas de expressão do trabalho humano.

Esse intento nos põe atentos e perseverantes porque a resistência a qualquer incremento na formulação original marxiana é muito marcante para alguns autores.

Lessa (2005) delimita uma blindagem a qualquer elemento novo nos pressupostos teóricos, quando nega a necessidade da ampliação do significado de trabalho e de classe trabalhadora, asseverando que o proletariado não se dissolveu nos trabalhadores, para se contrapor aos posicionamentos daqueles que protagonizam essa tese, particularmente quando argumentam, que não há mais o antagonismo da época de Marx entre proletariado e burguesia, mas sim uma contraposição mais global entre trabalho e capital¹⁰. Ou ainda como aponta Bernardo (2004), quando diz que o “desaparecimento da classe operária” corresponde a uma expansão sem precedentes da classe trabalhadora.

Valendo-nos desses entendimentos é imprescindível refletir detidamente os pressupostos do marxismo ortodoxo de que somente a classe operária se encarregará de libertar os trabalhadores do jugo do capital, tendo em vista viver esta a radicalidade de somente possuir a força de trabalho, e de manifestar oposição radical ao capital. Isto é, diante do complexo quadro social do universo do trabalho, da dinâmica do conflito e da própria práxis da luta de classes, se não compreendermos as contradições concretas do tecido social, ficaremos de costas para o processo social, para as exigências e desafios desse contexto histórico e eternizaremos determinados referenciais teóricos, políticos e ideológicos que não nos permitem entender/intervir na raiz do conflito de classe.

Notamos, pois, que o conceito de classe operária, em muitos casos entendido como proletário (urbano e rural), necessita ser repensado em sua dimensão teórica mais sintomática e empiricamente. Sob os preceitos da crítica fundada no processo histórico do desenvolvimento do sistema do capital, podemos apreender que o operário (proletário) do século XVII e XVIII, do capitalismo manufatureiro, de um mundo burguês pré-moderno é diferente nos marcos do século XIX, do capitalismo industrial da 1ª Revolução Industrial, e sobretudo, daquele do século XX, do capitalismo industrial da 2ª Revolução Industrial, das novas fronteiras da modernização, sem contar os anúncios desde suas últimas décadas do século XX, e que adentram no século XXI, a 3ª Revolução Industrial, e os rearranjos provenientes da robótica, da cibernética, da engenharia genética, da flexibilização das

¹⁰ Em sua crítica, o autor inclui Ricardo Antunes, Demerval Saviani, Antonio Negri, Maurício Lazzarato, autores com filiações distintas ao marxismo, mas que em algum momento atentaram para a necessidade de uma revisão crítica em relação ao tratamento da realidade social contemporânea, diante das limitações analíticas presentes no corpo teórico original das teses marxistas, particularmente considerando os rearranjos no universo do trabalho, nos últimos 20 anos.

relações de trabalho, e das diferentes variações do toyotismo, os círculos de controle de qualidade, etc. O proletário de hoje é muito diferente em sua dimensão objetiva e subjetiva, e também do ponto de vista de classe, em relação ao passado.

É nessa urdidura que compreendemos as contradições e a síntese das múltiplas determinações da totalidade expressa no conceito de classe trabalhadora que intentamos refletir com base nas múltiplas dimensões do contexto social do trabalho, com destaque, pois, para o papel da experiência na compreensão das contradições do processo histórico (THOMPSON, 2001).

Disso depreendemos que a classe trabalhadora se apresenta multifacética internamente, e diferenciada em frações e segmentos, o que dificulta ainda mais a constituição de uma consciência de classe para si. Ou ainda, se não consideramos as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassa as demarcações preconcebidas, se nos campos ou se nas cidades não nos é possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito.

Oferecemos ao debate a idéia de que as postulações preconcebidas e desenhadas sob os pressupostos de outras contingências históricas e de notável distanciamento com a formação social e do embate de classes, devem ser objeto de profundo repensar crítico.

Portanto, a questão que apresentamos não é de natureza semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica, política. Ou seja, o que se denomina como subproletário no contexto em que se atribui as denominações que escapam da formulação clássica de proletário, contém quais elementos explicativos de agora? A realidade atual pode ser entendida a partir desses referenciais?

Assim, se nos propomos o desafio de entender, de fato, o que ocorre na estrutura de classe no Brasil, no que toca às relações que redefinem profundamente os sentidos do trabalho nos campos e nas cidades, e as repercussões disso com o crescimento da informalidade e das diversas expressões da precarização e desemprego em massa, seguramente teríamos que nos preparar para não dissociarmos esse quadro geral do papel social, econômico e político do campesinato, no âmbito do conflito da luta pela terra e pela Reforma Agrária, e das alternativas de futuro para a classe trabalhadora.

Assim ao se restringirem os problemas que conferem as diferentes realidades para os trabalhadores, em geral às determinações econômicas, se estará retirando importância das demais formas de determinação das formações sociais e que contemplam os aspectos, psicológicos, culturais, simbólicos, étnicos, antropológicos, sociais, migratórios, religiosos, etc.

Ou ainda, se não consideramos as diferentes formas de expressão do trabalho que ultrapassa as demarcações preconcebidas, se nos campos ou se nas cidades não nos é possível compreender os fenômenos que estão na base das mudanças da estrutura de classe, tampouco os *novos* enfrentamentos e desafios para a construção de referenciais anticapital, ou a espacialidade dos *novos* territórios em conflito. Então, se ficarmos presos às determinações do trabalho estranhado e dos códigos de leis que espelham a divisão técnica do trabalho no plano organizativo/institucional, tal como a representação/organização sindical e os desdobramentos para as demais formas organizativas dos movimentos sociais, não estaremos acrescentando contribuições ao debate.

Vale notar, então, que há uma pequenês teórica ao se definir que o movimento operário no Brasil é hoje composto, além dos setores tradicionais do proletariado urbano e rural, por frações subproletárias (diaristas, domiciliários, camelôs, autônomos, temporários), valendo também para os trabalhadores rurais (arrendatários, parceiros, camponeses pobres).

A questão que apresentamos não é de natureza semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica, política. Ou seja, o que se denomina como subproletário no contexto em que se atribui as denominações que escapam da formulação clássica de proletário, contém quais elementos explicativos de agora? A realidade atual pode ser entendida a partir desses referenciais?

É importante notar que o debate em torno da compreensão dos papéis do campesinato na contemporaneidade, na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação é polêmico e povoado de matizes ideológicos.

A presença do campesinato, notadamente pela sua resistência em não desaparecer era o sinal de que o período transitório para a definitiva implantação do capitalismo no campo ainda não se havia implementado, sendo que assim que se efetivasse os camponeses desapareceriam. (KAUTSKY, 1982).

Esse posicionamento que atravessa os tempos e que reserva aos camponeses uma segunda ordem de importância, tendo em vista não lhes corresponder nenhum papel relevante na luta de classes, está baseado, pois, no fato de que não ocupam lugar central na produção do valor. Diferentemente do operário, os camponeses não estão unidos entre si por relações múltiplas, e também pelo fato de ser proprietário da terra não lhe possibilita consciência crítica em relação à superação da propriedade privada, e pelas contingências políticas e históricas do passado, sobretudo os séculos XVIII e XIX na Europa (Inglaterra, França, Alemanha).

Em síntese, os camponeses entendidos no plano da subalternidade em relação à classe operária¹¹, e conservadores por resistirem ao desaparecimento, sua prática conflitiva teria que ser neutralizada ou aliada aos pressupostos do protagonismo da classe operária (rural e urbana).

Para completar esse raciocínio acrescentam que nos países tipicamente capitalistas, a classe operária industrial/urbana revolucionária engloba sem restrições o operário agrícola das grandes empresas, mas evita a regressão do operário rural à condição de pequeno camponês. Essa desconfiguração social do campesinato enquanto classe, também lhes valeram a qualificação de reacionários, como retratado no Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, de 1848, e com a mesma contundência, tendo por base as contingências históricas e políticas da França em meio à revolução de fevereiro de 1848¹².

Em vista disso, defendia-se que não fazia sentido esperar que na periferia do sistema pudesse gestar uma formulação alternativa mais à frente do que nos países centrais. Até porque os resquícios do atraso eram dimensionados como semifeudalidade, portanto o camponês seguia atado à terra, por múltiplos procedimentos extraeconômicos, e como fornecedor de mão-de-obra para os grandes proprietários rurais e para o setor industrial urbano. (LENIN, 1982).

¹¹ Para alguns, seria um forte sinal de deformação do marxismo ortodoxo colocar no mesmo plano camponeses e operários, em oposição radical à vertente estalinista, que entendia que a revolução comunista seria a obra de um bloco de classes colocadas no mesmo plano.

¹² Haveríamos de lembrar necessariamente de outras obras que ainda ocupam importância no debate em torno da luta de classes, no âmbito marxista, dentre elas: “O Manifesto do Partido Comunista”, de Marx e Engels, de 1848; “A luta de classes na França”, de 1850, de Marx; “A guerra Civil na França”, de 1871, onde Marx apresenta suas reflexões sobre a Comuna de Paris; “A guerra dos camponeses”, de 1850, de Engels; e do mesmo autor, em 1852, “Revolução e contra-revolução na Alemanha, etc.

Essa avaliação estava delimitada à estratégia que prescrevia que a superação do metabolismo do capital ocorreria nas sociedades capitalistas desenvolvidas e maduras, tendo em conta que nestas a relação de exploração do trabalho estaria mais generalizada e plenamente desenvolvida.

O posicionamento fundante de que o modo capitalista de produção não permite a existência do campesinato, parte do princípio de que a produção de mercadoria é a força totalizadora do progresso e do desenvolvimento das forças produtivas. Isso subtende que somente o desenvolvimento pleno do capitalismo seria capaz de criar as condições para a construção e passagem para o socialismo. Isto é, depois da revolução burguesa viria a revolução operária ou do operariado, e o triunfo do socialismo.

Os fatos da realidade que marcaram as primeiras décadas do século XX, com a Revolução Russa, em 1917, depois a Chinesa nos anos 1940, subverteram essas previsões, todavia não foram suficientes para alterar a estrutura conceitual e a ordem de grandeza das categorias analíticas da sociedade do capital.

Engels (1981), numa crítica contundente endereçada ao Programa Agrário do Partido Socialista Francês, em 1894, na Europa pre-revolucionária, sustentava que os camponeses deveriam se constituir em outro sujeito político ou num operário agrícola, forjado no interior do processo de coletivização de terras, para assim contribuírem com a revolução e com a construção do socialismo.

Na mesa direção argumentava Kautsky (1981), quando asseverava que o parcelamento das terras não possibilita a emancipação dos camponeses, diante da subordinação que os mantinha no circuito da miserabilidade, sendo que deveria se adotar o sistema cooperativo como pressuposto para reunir proprietários dos meios de produção e o trabalho, sendo, pois, essa condição básica para superar a produção camponesa e construir o socialismo.

Os passos de um debate inconcluso

No Brasil, o comparecimento desse assunto, no ambiente acadêmico, a partir dos 1950 tem como alvo prioritário o projeto de desenvolvimento e de política industrial, onde o conceito de camponês aparece marginalmente no cenário intelectual e político por conta das Ligas Camponesas.

Nos anos 60, a intelectualidade de esquerda estava envolvida com os rumos da luta pela transformação social, sendo que as críticas mais contundentes foram dirigidas à manutenção do latifúndio que significava o atraso do desenvolvimento econômico e social do país, tendo vista representar os resquícios feudais, semif feudais e coloniais, que obstaculizam o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e do aumento da produtividade do trabalho (SODRÉ, 1967)¹³. Conjuntamente, a idéia de camponês que comparecia nesse cenário era a transposição do camponês feudal da idade média, distanciado das relações capitalistas, conquanto que, no Brasil, foi criado no interior da sociedade capitalista, no decorrer da estagnação da produção escravista.

É por esse viés que se vinculam ao debate as idéias de Alberto Passos Guimarães, sobretudo com os clássicos “Quatro Séculos de Latifúndio” (1979) e a “A Questão Agrária” (1980). A compreensão de que a rigidez do sistema latifundiário brasileiro se opunha obstinadamente às mudanças capazes de abalar sua

¹³ Estava presente nas reflexões de Sodré era o fato de que se fazia necessário transpor a etapa latifundista e anti-imperialista da revolução brasileira, o que o vinculava às formulações da II Internacional, mais propriamente às teses defendidas por Kautsky (1981) e Lenin (1980).

continuidade era vinculada ao fato de que a revolução técnica na agricultura chegou demasiado tarde, e ainda é incompleta e parcial, firmando-se apenas em alguns setores e produtos determinados, e se referia à cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana e alagoana e na área canavieira de Campinas e Ribeirão Preto, em São Paulo.

É com base nessa “leitura” que apresenta a formulação que marcou identidade para os pesquisadores e estudiosos do temário agrário das décadas seguintes, o caráter *conservador da modernização* da agricultura no Brasil, ou sinteticamente: a “modernização conservadora”¹⁴ que se verificava nos anos 1960.

No entanto, no outro polo do debate, se apresentava Caio Prado Júnior, que em 1966, com “A Revolução Brasileira”, defendia ser um equívoco aceitar a existência de relações feudais na sociedade brasileira. O direcionamento da crítica de Prado Jr., também expresso em outras obras, como em “A Questão Agrária” (1979), e em diversos artigos publicados na Revista Brasiliense, de forma pertinente confronta com a compreensão de que a história universal é uma sucessão ordenada dos modos de produção, ou dos “estágios sucessivos”, endossada, pois, na interpretação da inexistência de relações feudais no Brasil.

Em termos práticos, Prado Jr. (1979), não negava a existência dos camponeses na agropecuária no Brasil, todavia se tratava de um “setor residual da nossa economia”.

Os principais desdobramentos dessas formulações e que marcaram intensamente os debates políticos internamente aos setores da esquerda no Brasil sobretudo, no âmbito do Partido Comunista, desde a segunda metade dos anos 1960, e que ainda estão presentes é o fato de que como no Brasil não se vivenciou o feudalismo ou formas híbridas semifeudais, o camponês não existe e nunca existiu.

De essência risível e *irresponsável*, está-se diante de uma clara simplificação ou mutilação das reflexões de Prado Jr., e de toda a fundamentação dos próprios clássicos do marxismo, a começar pelo próprio Marx. Simplificação ainda maior quanto mais essas questões sejam abordadas e descontextualizadas do movimento contraditório que redefine os sentidos polissêmicos do trabalho, em cada tempo e lugar, tendo em vista as *necessárias* alianças políticas para a gestão do Estado, radicadas no reformismo anacrônico do PCB, e de setores do sindicalismo sob sua influência ideológica.

Essas marcas que expressam, à primeira vista, desconhecimento, ingenuidade ou miopia intelectual e política, tamanho o desenraizamento do processo histórico, não nos têm permitido avançar teoricamente, quiçá no exercício da práxis das pesquisas.

Em outro momento do debate teórico, no Brasil, no final dos anos 1970, e que ainda hoje influencia sensivelmente as reflexões sobre o campesinato, mas seguindo os referenciais que indicavam seu fim, refletiam as teses defendidas por Lênin (1982), que sob a “leitura” de José Graziano da Silva (1982), indicavam que com a industrialização e a modernização da agricultura o campesinato estava fadado à extinção, e em seu lugar se teriam trabalhadores assalariados e capitalistas no campo. O conceito de pequena produção ganha visibilidade e substitui o de camponês, porque representava no plano teórico, segundo seus seguidores, a realidade do campo imerso às políticas “modernizantes” fortemente subvencionadas pelo Estado.

¹⁴ O contraponto a essa formulação era o desenvolvimento econômico do país exigia para seu pleno florescimento um projeto que removesse os resquícios semifeudais, latifundistas, neocoloniais, amparado numa política de Reforma Agrária que viabilizasse o mercado interno.

Então, se, para alguns, não há possibilidades de existência do camponês com a intensificação das relações capitalistas, tampouco é entendido como ator efetivo da resistência e das transformações sociais. No entanto, nas próprias formulações no campo marxista encontramos indicações importantes para entendermos o campesinato como parte do desenvolvimento desigual e combinado e da luta de classes.

Isso nos reserva as sinalizações para compreendermos a resistência, a luta e o conflito de classes como razão histórica do campesinato no capitalismo. Portanto, se os “leitores” de Marx o entenderem como teórico das uniformidades e não das rupturas, da luta de classes, nos passará despercebido o fato de que o campesinato é uma criação das relações contraditórias do capitalismo. A esse respeito, podemos destacar os estudos de Martins (1981, 1989), e de Oliveira (1991, 2004) que, apoiados em Rosa Luxemburgo, admitem a permanência do campesinato no interior do capitalismo. Esses autores entendem que as relações não capitalistas de produção no campo são criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Isto porque os camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro, e o sistema de subordinação ao circuito mercantil amparado na sujeição da renda da terra ao capital, faz com que a produção camponesa transfira renda ao capital mercantil, financeiro, agroalimentário, ao Estado¹⁵.

Poderíamos acrescentar a esse respeito que a existência do camponês assentado não nega a lógica do capital, todavia ao mesmo tempo em que está vinculado à lógica deste, também descobre caminhos para o rompimento dessa submissão, por exemplo, participando de novas ocupações e engrossando as fileiras das manifestações anticapital e, no limite, fazendo opções para estender e manter seus princípios de sociabilidade.

Isso retrata na contemporaneidade, tanto o revés da expropriação (contradição vinculada à reprodução e existência do campesinato), quanto da raiz camponesa dos sem-terra que sustenta vivo o movimento social que tem na luta pela terra e nas ocupações, a perspectiva de fortalecimento da luta de classes no Brasil¹⁶, e espalhando referências para outros movimentos sociais (rurais e urbanos) de todo o planeta¹⁷.

Da mesma forma que, mais recentemente, nos anos 90, há defesas de posicionamentos que entendem que estão ocorrendo *metamorfoses* no interior do campesinato¹⁸, sendo que esse modo de trabalho e de vida estaria sendo substituído pelo agricultor familiar - para diferenciá-lo do setor patronal - integrado ao sistema produtor de mercadorias.

O alcance desse vínculo se enraiza no agronegócio, para captar uma expressão do momento, numa clara alusão à “necessária” inserção no sistema produtor de mercadorias em bases tecnológicas (mecânicas, químico-farmacêutico-biológicas, gerenciais), voltado para o mercado externo e de gestão empresarial. A agricultura familiar estaria se efetivando como alternativa para fortalecer as fileiras do

¹⁵ Amim e Vergopoulos (1986) argumentam que o que mais pesa ao camponês não é o latifundiário, mas o capital bancário, o capital mercantil.

¹⁶ Carvalho (2005, p.5 e 7), nos indica que essas experiências de resistência fazem emergir elementos renovados das comunidades camponesas, ou reavivados de outros tempos, em contraposição às imposições da racionalidade capitalista.

¹⁷ É o que observamos através das pesquisas que realizamos na Espanha, nas entrevistas, visitas, participações em eventos camponeses e operários, e o contato com a literatura específica, bem como a participação em eventos em outros países, e de âmbito internacional.

¹⁸ Fernandes, (2004), apresenta um rico conjunto de reflexões críticas sobre esse assunto.

desenvolvimento das práticas capitalistas, ou seja, uma aposta no fim do campesinato.

Está-se diante de uma orquestração ideológica por parte dos segmentos hegemônicos e do Estado, para despolitizar o debate em torno da questão agrária, da luta pela terra, da Reforma Agrária, que atingiu no início dos anos 1990, ponto de destaque, e logo abafada pelas ações repressivas do governo Collor para, na seqüência, assumir novamente a dianteira nas lutas sociais, já na segunda metade desta década.

Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a estes, e dão sustentação às estratégias da Política Agrária do governo brasileiro, que por sua vez está padronizada às formulações originárias no BM, particularmente na Reforma Agrária de mercado, no desenvolvimento territorialrural, e apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC), da União Européia, e pela *Fam Bill*, dos Estados Unidos da América (THOMAZ JR., 2005b).

No entanto, não se está diante de uma realidade estática, mas dinâmica e que revela os conteúdos contraditórios dos conflitos subjacentes por meio da não aceitação mecânica dessa condição defendida sob os elementos norteadores da metamorfose do campesinato, que exclui os Sem Terras e inclui o agricultor familiar.

Assim, entendemos que tanto a recriação do campesinato por meio do arrendamento, da compra de terra, e da ocupação de terra, que seguem rotinas específicas no tocante à dinâmica da sujeição da renda da terra ao capital, também reflete os pressupostos da expropriação dos camponeses que se desterritorializam e vão vivenciar as experiências da proletarização, mas se recriam revitalizando os esquemas de sujeição e de subordinação, todavia também negando sua submissão à transferência de renda, e ainda à proletarização em outro momento.

Considerações Finais

Então, o apregoado fim do campesinato, em suas múltiplas compreensões, desde aquelas amparadas nas formulações mais conservadoras até aquelas que sua extinção pode significar o início de relações modernas e amparadas no desenvolvimento das forças produtivas, e portanto, tendo assento como trabalhadores assalariados e compondo o universo simbólico do operário rural, com *mentalidade* operária. Tanto a diferenciação gerada pela sujeição da renda da terra e pela materialização da renda capitalizada da terra que o destrói, transformando uma parcela pequena em capitalista e a grande maioria em assalariados, quanto a crença da inviabilidade da agricultura camponesa diante da hegemonia da agricultura capitalista, ofuscam sua existência.

A rigidez dos modelos e esquemas interpretativos está prevalecendo sobre o fenômeno histórico que se propõe teorizar. As formulações predefinidas refutam o processo histórico empírico real de formação das classes.

Diante dessa preocupação chamamos atenção para a necessidade de que sejam priorizados nos estudos sobre a estrutura de classe e as questões de cunho político-organizativo, o posicionamento crítico e autocrítico dos sujeitos-atores. Ou seja, em concordância com Marx (1985), os pressupostos pelos quais nos baseamos “não são arbitrários, não são dogmas”, são pressupostos reais e são, pois, constatáveis empiricamente.

Portanto, podemos asseverar que não há um destino predefinido para o campesinato, sendo esse, pois, delineado por meio das contradições imanentes do processo histórico, e por via de consequência pelas posições que defende no âmbito das lutas, que por sua vez ultrapassam os limites da questão agrária, entendida como algo restrito às relações agrárias propriamente, como vimos defendendo em nossos trabalhos. Isto porque cada vez mais se complexificam os fluxos e as contradições entre o campo e a cidade do ponto de vista das formas de realização do trabalho, das ações políticas e do conflito de classe, em detrimento da intensificação por parte do capital dos mecanismos de controle aos moldes da sua reprodução ampliada e dos conflitos de classe.

Então, ao enquadrar os milhões de trabalhadores e trabalhadoras camponeses e camponesas na categoria subproletários, tanto não reconhecem os camponeses, como classe específica (para si), tampouco como classe trabalhadora, secundarizando-os ao se desprezar sua capacidade de combate anticapital.

Em que medida essa formulação arraigada aos fundamentos do capitalismo do século XIX e início do século XX, base da fundamentação teórica dos clássicos e portanto, desfocada do atual embate da luta de classes nos permite entender a espacialização dos movimentos sociais, e o embate entre as classes sociais, no Brasil, nesse início de século XXI? E aqueles que estão diretamente envolvidos na temática da luta pela terra e pela Reforma Agrária, com vínculos e origens diferenciadas do ponto de vista histórico e geográfico, ou as especificidades dos territórios em conflito?

O que ponderamos é que as lutas em torno da posse da terra, ou mais ainda, da Reforma Agrária – mesmo com todas as limitações que essa estratégia de luta contém – têm sido capazes de mobilizar inúmeros setores do universo do trabalho no Brasil.

Inclusive, tem influenciado positiva e amplamente, a dirigentes, militantes e as próprias entidades e os trabalhadores de diversos continentes¹⁹. Poderíamos destacar: as experiências registradas pela Via Campesina; pelo Fórum Mundial dos Pescadores, explicitadas publicamente durante o Fórum Mundial de Reforma Agrária (FMRA), realizado em Valência, em dezembro de 2004; as ações e desdobramentos das seis versões do Fórum Social Mundial (FSM), que já foi identificado como espaço de atuação de uma Internacional Camponesa.

No entanto, diante dos imperativos da desinformação, e dos demais instrumentos de controle ideológico sob comando dos setores hegemônicos da burguesia, do Estado, do grande capital, tem-se a prevalência da anti-solidariedade reinante no interior do universo do trabalho, dos movimentos sociais em geral, e da classe trabalhadora em particular. Alguns avanços se fazem presentes como os embates sobre as Reformas Trabalhista e Sindical, as Marchas Nacionais que têm mobilizado amplos setores da massa trabalhadora, dos campos e das cidades, como a última de maio de 2005, que catalisou as forças e os apoios de amplos setores do sindicalismo e dos movimentos sociais em geral.

Entendemos ser de suma importância apresentarmos essas idéias para o debate público, para qualificarmos nossa compreensão sobre o conflito irreconciliável

¹⁹ É o caso da *erupção* camponesa e do operariado mineiro/industrial na Bolívia, em resistência à política econômica do governo, as reivindicações do Movimento Ao Socialismo (MAS), que põe em relevo a estrutura de dominação de classe nesse país do altiplano andino, e mais recentemente a eleição de Evo Morales para presidente da República; as mobilizações em Chiapas, no Equador, na Colômbia, na Venezuela, e outros casos.

entre capital e trabalho. É imprescindível apostar na resistência e na busca de alternativas direcionadas para a construção da autonomia dos trabalhadores. Daí que a construção teórica do conceito de classe trabalhadora comparece como um dos nossos objetivos, e produto das contribuições que estamos colhendo das pesquisas, e dos aprendizados coletivos em curso. Todavia, estamos seguros de que a classe trabalhadora nesse início do século XXI, só poderá ser entendida se formos capazes de enxergar o movimento constate de (des)realização do trabalho que qualifica a plasticidade existente entre as diferentes formas de materialização do trabalho, sob a regência das relações sociais.

A polêmica que esse assunto recobre tensiona um debate que não se circunscreve à instância acadêmica, mas se enraíza também internamente ao movimento social.

6. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, Hucitec. 1992.
- ALVES, G. A. P. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BERNARDO, J. **Capital, sindicatos, gestores**. São Paulo: Edições Vértice, 1987.
- CARVALHO, H. M. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, 2005. (Mimeografado).
- ENGELS, F. O Problema Camponês na França e na Alemanha. In: **Silva, J.G. e Stolcke, V.** (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense. 1981. 59-80.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- KAUTSKI, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.
- KURZ, R. **Manifesto contra o trabalho**. São Paulo, 1998. (Mimeografado).
- LESSA, S. Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária. **Lutas Sociais**, São Paulo, n/ 13 e 14, pp.106-121, 2005.
- MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1981.
- MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Moraes, 1987.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MAZOYER, M. **Defendendo al campesinado en un contexto de globalización**. Crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea. Disponível: www.onu-brasil.org.br/ Acesso em: 10 de outubro de 2004.
- OLIVEIRA, A. U. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo. **Cadernos do XII Encontro Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2004.
- ONU. **Informações Estatísticas**. (Vários anos). Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/>
- PRADO JR., C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JR., C. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SEVILLA GUZMÁN, E., **Agroecología y Desarrollo Rural Sustentable: Una propuesta desde Latinoamérica**. En Agroecología. El camino hacia una agricultura sustentable. Buenos Aires: Ediciones Científicas Americanas, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. **Desarrollo Rural Sostenible: de la Agricultura Industrial a la Agroecología**. En Sociología del Medio Ambiente. Una perspectiva Internacional. Madrid: Mc Graw Hill, 2002.

THOMAZ JR., A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica). In: **MARQUES**, M. I. (Org.). São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004.

THOMAZ JR., A. "Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho". Fórum Mundial sobre Reforma Agraria – **Fondo Documental**, 2004. Disponível em: www.cerai.es/fmra/archivo/thomaz_junior.pdf
Acesso em: 03/01/2005.

THOMAZ JR., A. "Leitura" Geográfica da Práxis Social do Trabalho. **Abalar**, Santiago de Compostela, n.5, 2005a.

THOMAZ JR., A. **Reestruturação Produtiva do Capital no Campo e os Desafios para o Trabalho. Relatório de Pesquisa/CNPq**. Estágio de Pós-Doutorado. Santiago de Compostela, 2005b. (Mimeogr.) 238 p.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (v. 1, 2 e 3).